

(ANC)

Empresa

# Quércia assina projeto que beneficia microempresas

Cássio Vasconcelos

Da Reportagem Local

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, assinou ontem projeto de lei a ser enviado para análise da Assembléia Legislativa que beneficia microempresários com anistia e mudança de cálculo para o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Em uma solenidade que contou com a presença de cerca de mil empresários, no Palácio dos Bandeirantes, zona sul de São Paulo, Quércia anunciou que a diferença de ICM decorrente da perda da classificação anterior como microempresa possa ser recolhida até o próximo dia 31 de agosto, sem o pagamento de juros, multa ou correção monetária. A anistia é relativa aos débitos de ICM até 31 de maio último.

to do ICM pela microempresa, houve a simplificação do cálculo para apuração do imposto. No sistema atual, para a empresa ser isenta do pagamento do ICM (isto é, ser considerada microempresa) é preciso que o faturamento anual não seja superior a 10 mil OTNs. O cálculo era realizado com a divisão do faturamento pelo valor da OTN em janeiro de cada ano. A exemplo do que aconteceu a nível federal, o projeto do governador paulista simplificou o cálculo, estabelecendo que o faturamento seja dividido pela OTN de cada mês.

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho, diz que a medida atende à reivindicação dos empresários. Pelo critério anterior, a empresa que tivesse um faturamento superior a Cz\$ 5.969.400,00 (10 mil OTNs de

Cz\$ 596,94 vigentes em janeiro de 88) perderia a isenção do recolhimento do imposto estadual (ICM). Pelo novo critério, o faturamento passa a ser mais realista mês a mês, permitindo o enquadramento no benefício fiscal.

## Perda de arrecadação

O governador Orestes Quércia estima uma perda de Cz\$ 2 bilhões a Cz\$ 3 bilhões ao mês de arrecadação de ICM, por causa do benefício às microempresas, mas espera recuperar no futuro com o crescimento da economia. Segundo ele, hoje no Estado de São Paulo dos 600 mil contribuintes de ICM cerca de 322 mil são considerados microempresas. Através do novo critério, o número de microempresas passará a 444 mil.

## Justiça pode ter influenciado a medida

Da Redação

O advogado tributarista Ives Gandra Martins considerou uma vitória dos microempresários a adoção de nova medida de enquadramento para as microempresas adotada ontem pelo governador do Estado, Orestes Quércia. "Reconheço e elogio a decisão do governador de voltar atrás e impedir que milhares de microempresas percam seus benefícios", disse.

OTN de julho como base do cálculo para o limite de faturamento anual (10.000 OTNs) das microempresas. Quércia baixou decisão normativa em 27 de janeiro deste ano determinando janeiro como o mês base. A Procuradoria Geral da República acatou os argumentos, segundo o advogado, e encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deu um prazo de 30 dias para o governador se manifestar. "Acredito que o governador recuou ao perceber que iria perder", disse.

A representação foi assinada por Ives Gandra Martins, pelo presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, Eduardo Carvalho Tess, e pelos deputados federais Arnaldo Faria de Sá (sem partido-SP) e Guilherme Afif Domingos (PL-SP).

Para Afif Domingos, o "ato de benevolência" do governador para com os microempresários do Estado "nada mais é do que uma corrida contra o tempo para não ser enquadrado pelo STF". Segundo o deputado, Quércia foi inflexível durante todo o período de negociação com as associações de defesa das microempresas e somente com o parecer do Supremo decidiu se manifestar. "A festa organizada ontem no Palácio quis apresentar o governador como o responsável pelo ato, quando sabíamos que ele não era favorável. Defendeu, sempre, uma maior arrecadação para o Estado procurando desenquadrar as micros e, consequentemente, fazer com que perdessem incentivos fiscais", afirmou Afif.



Szajman, presidente da Federação do Comércio, ao lado de Quércia em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes

Ives Gandra pondera, porém, que há dois meses foi apresentada uma representação à Procuradoria Geral da República demonstrando ser inconstitucional a decisão do governador paulista de rever a lei complementar 57 de 1987, que estabelece a

## Cebrae é contra anistia a dívidas contraídas durante Plano Cruzado

Da Sucursal de Belo Horizonte

O presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresas (Cebrae), Paulo Lustosa, disse ontem, em Belo Horizonte (MG), que a entidade nunca defendeu a anistia dos débitos contraídos pelas pequenas empresas durante o Plano Cruzado, ao se referir às emendas que serão votadas no Congresso constituinte, como a do deputado Mansueto de Lavor, (PMDB-PE) que concede esta anistia. Lustosa afirmou que o Cebrae sabe que uma anistia poderia beneficiar as pequenas e médias empresas, mas prejudicaria outros setores, como o financeiro.

Segundo Lustosa, o Cebrae defendeu um refinanciamento das dívidas da pequena e média empresas contraídas durante o Cruzado, nos moldes das resoluções 1335 e 1337 do Banco Central. Ele disse que já encaminhou uma proposta ao governo, que fixa o prazo de refinanciamento da dívida em 36 meses, com base no saldo de 10 de junho de 1988.

Seria concedido, na sua proposta, um período de carência de 3 a 6 meses, de acordo com a capacidade de pagamento de cada devedor, e a correção monetária a ser cobrada

não seria plena. Na proposta do Cebrae, as microempresas pagariam 50% da correção monetária, as pequenas 70% e as médias 85%. Caso seja impossível fixar uma correção subsidiária, o Cebrae defende que o período de carência seja de 6 meses a um ano.

O presidente do Cebrae esteve ontem em Belo Horizonte para lançar o programa de cooperação internacional entre pequena e médias empresas em Minas Gerais. Para ele, este programa visa incentivar a formação de Joint-Venture (associação) entre pequenas e médias empresas brasileiras com estrangeiras.

O Cebrae firmou um convênio neste sentido com a Comunidade Econômica Européia (CEE), que realizou uma pesquisa para detectar as áreas prioritárias das pequenas e médias empresas de países da CEE e o interesse em formar Joint-Venture no Brasil. O resultado demonstrou que as áreas que mais atraem os europeus são biotecnologia, mecânica de precisão, equipamento odontológico hospitalar, autopeças e agroindústria.

Paulo Lustosa informou que até o final deste mês o programa será lançado também em São Paulo e Rio de Janeiro.

## Avicultores reclamam da correção monetária

Da Reportagem Local

No próximo dia 14, a Associação Paulista da Avicultura (APA) promoverá reunião de representantes de todas as entidades estaduais do setor para analisar a constitucionalidade e a legalidade da cobrança de correção monetária em financiamentos rurais. O debate será coordenado pelo advogado Ives Gandra da Silva Martins. Segundo o secretário-executivo da Apa, José Carlos Teixeira da Silva, os avicultores consideram insuportável a cobrança de correção monetária nos financiamentos em geral e principalmente nos contratos que venceriam a 30 de junho próximo e que, por decisão governamental, estão prorrogados para quatro pagamentos mensais a partir de agosto, equivalentes cada um a 25% da dívida, acrescidos de juros de mercado (9% em média) mais correção, que atinge a cerca de 20%. A reunião será às 17h do dia 14 de junho, na sede da entidade, rua Belchior Azevedo 150, Lapa.

## Decisão pode dar prejuízos de US\$ 5 bilhões

Da Sucursal de Brasília

Os bancos comerciais públicos e privados terão que absorver um prejuízo de US\$ 5 bilhões caso o Congresso constituinte aprove a anistia das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado. Esta é uma das conclusões de um levantamento feito pelo Banco Central (BC), Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais (Asbace) e Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). De acordo com o levantamento, que será entregue hoje ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, dos

US\$ 5 bilhões em prejuízos previstos, 1/3 são da responsabilidade das operações de crédito rural e 2/3 dos créditos concedidos as micros, pequenas e médias empresas.

Juarez Cançado, diretor-executivo da Asbace, disse que "está muito preocupado" e que os maiores prejudicados pela medida seriam "os bancos estaduais". Cançado esteve ontem reunido com todos os diretores do Banco Central para discutir o assunto. "Nós também tivemos um encontro com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e com

representantes da Febraban", informou.

O ministro terá hoje, às 11h, um encontro com os autores das três propostas de anistia que estão para ser votadas pelo Congresso constituinte: o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG). Ao meio-dia, a reunião será engrossada pelos 14 líderes do Senado e Câmara. A Folha apurou que o Ministério da Fazenda poderá acenar, para substituir a anistia, com a possibilidade de renegociação das dívidas e mesmo um pequeno abatimento na correção monetária.